

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ao sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, os membros do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo realizaram, no Centro de Cidadania, a 2ª Assembleia Geral Extraordinária, convocada por intermédio de edital publicado na edição nº 1928, do Jornal Oficial e postado no grupo de WhatsApp, para tratar da seguinte pauta: 1 – Esclarecimentos do Vereador Rodrigo Jorge Barros – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara e do Engenheiro Wayner Fajardo Gasparello -Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas quanto ao contexto, conteúdo e impacto sobre as demandas apresentadas pelo Relatório do CMPOP e não contempladas na LOA2026 e qual a correlação com as leis ordinárias 3176, 3177, 3178, 3179, 3180, 3181, 3182, 3183 e LC097 aprovadas em assembleia na Câmara Municipal em 30 de janeiro de 2026. A reunião teve início às dezoito horas e trinta e dois minutos, com a presença de vinte (20) participantes, sendo nove (9) conselheiros da sociedade civil, um (1) conselheiro representante do poder público e dez (10) munícipes, conforme Lista de Presença anexada a esta Ata. Os representantes do SAAE, SEMAP, SEMEDE, SEMOP, SEMUSA e SESEP não compareceram. O Presidente do CMPOP Flávio Ferreira da Silva iniciou a reunião lendo o convite enviado para o Vereador e para o Secretário e, relembrando procedimentos da gestão anterior do CMPOP quando o Conselho constatou que a Lei Orçamentária de 2026 não contemplava as demandas do CMPOP. Após a análise, o CMPOP redigiu uma carta que foi entregue ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, em tempo hábil para ser analisada antes da aprovação da LOA e também encaminhada para Secretária de Gestão Pública. No dia 2 de março, segunda-feira, o Secretário Fajardo cancelou sua participação na reunião programada para 6 de março, alegando estar ocupado com os problemas decorrentes das chuvas e sugeriu agendar uma outra data para se reunir com a AMAEG. Hoje, 6 de março, às 16h57, uma hora antes do início da reunião, o Vereador Rodrigo da Aposentadoria cancelou sua participação, alegando que a reunião seria com a AMAEG. O Presidente decidiu não cancelar a reunião, por entender que, naquela altura, alguns conselheiros já estariam em deslocamento. O Presidente julga a atitude dos representantes do poder público deplorável, para dizer o mínimo. Em seguida, o Presidente passou a palavra para os presentes. O Sr. Marcelo de Almeida Figueira, ao cabo de algumas considerações, propôs denunciar a omissão do poder público para outras instâncias. Já percebeu que a administração não gosta do CMPOP. No mesmo dia, a Sra. Isabel Melo ressaltou o desrespeito da administração e suporta a opinião de levar nossos problemas para instâncias superiores. O Sr. Edison Cordeiro, Vice-presidente do CMPOP, declarou que o CMPOP está fazendo o seu papel e quando nossos pleitos sequer são analisados tudo perde crédito. Nada obstante, entende que devemos perseverar. O Conselheiro Uilson Alves traçou um panorama geral da atuação do CMPOP e entende que o Conselho deve acompanhar a execução orçamentária. Declarou que a autorização para tomada de empréstimo não teve nenhuma justificativa, assim como a autorização para descontos de precatórios. Citou também os R\$ 22.700.000,00 recebidos do Governo Federal para tratar do problema de macrodrenagem do Canal de Medeiros. Lembrou que por ocasião da construção dos piscinões a Prefeitura não seguiu a recomendação expressa no Plano de Drenagem que sugeria aumento da seção transversal do canal. O Sr. Antônio Augusto Lobo, ex-conselheiro do CMPOP e membro do grupo de trabalho que acompanha os trabalhos da HidroBr, empresa contratada para elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio das Ostras, entende que nenhum investimento feito no Canal de Medeiros vai resolver os problemas dos alagamentos, posto que não podemos

atuar dentro de outro município. Contrariando crença de muitos, afirmou que não existe nenhuma comporta ao longo do canal. O Conselheiro Marcelo Calixto (Setor K) comentou números da LOA2026 destacando os recursos desprezíveis destinados para ciência e tecnologia, bem como para a defesa civil. Por outro lado, estranha o valor de uma emenda impositiva – R\$ 70.000,00 para construir uma quadra de areia. O Conselheiro Vanderlei Campos (Setor B) inicialmente se desculpou com amigos que foram por ele convencidos a assistir a reunião, sem prever o papelão da administração pública. Em seguida, anotou que tivemos presente somente um representante do poder público, configurando uma outra forma de desrespeito. Ratificando declarações do Conselheiro Uilson Alves, disse que a autorização para tomada de empréstimo não teve nenhuma justificativa, assim como a autorização para descontos de precatórios. Continuou informando que os números apresentados no 63º Fórum de Orçamento e Planejamento e na LOA2026 não indicam a necessidade de contrair empréstimo. Lembrou também que o Município continua pagando R\$ 65.112.000,00 por ano para a BRK, fruto de uma empreitada temerária em 2007, somados a R\$ 64.000.000,00 de precatórios. Na falta de informações e dando ouvidos a rumores de que o empréstimo seria destinado a conclusão de obras, o Conselheiro Vanderlei Campos entende que esta tese não pode prosperar. Segundo o Conselheiro, o empréstimo seria a última opção se ocorressem simultaneamente as condições: 1. A obra não pode ser interrompida sob pena de causar graves prejuízos; 2. A LOA não prevê recursos para a continuidade da obra; 3. Não há possibilidade de remanejamento. Sem adentrar em todas as condições, o Conselheiro Vanderlei Campos destacou que recentes registros de preço (SRP 90011 – R\$ 35.100.607,68 e SRP 90008 – R\$ 38.780.362,64) indicam que o Município não está na miséria. O Conselheiro manifestou preocupação em relação aos R\$ 22.700.000,00 recebidos do Governo Federal para tratar do problema de macrodrenagem do Canal de Medeiros. O Conselheiro entende que a solução não pode estar restrita a intervenções no Canal de Medeiros e pediu que a Secretaria de Obras recupere o relatório elaborado por uma consultoria contratada durante a gestão de Alcebíades Sabino 2013-2016 no qual outras soluções são aventadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às vinte horas e vinte e quatro minutos, sendo lavrada a presente ata que vai assinada por mim Vanderlei Campos – 1º Secretário e Flávio Ferreira da Silva - Presidente.